

PANDEMIAS, CRISES E CAPITALISMO

MARQUES, Rosa Maria *et alii*. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 160p.

Recebido em 30/01/2022

Aprovado em 07/02/2022

Apesar da responsabilidade da crise atual ter sido atribuída, pela mídia em geral e por muitos intelectuais, à pandemia da Covid-19, a rigor, é a crise capitalista preexistente que foi aprofundada nestes dois últimos anos. Da mesma forma, a crise atribuída ao neoliberalismo, como política econômica, estrutura jurídico-política e ideológica, também não é de responsabilidade do neoliberalismo. O que o neoliberalismo e a pandemia têm em comum é que aprofundaram mais gravemente a crise do capital. Estes pontos são muito importantes e tratados nos capítulos iniciais do livro *Pandemias, crise e capitalismo*.

O capital encontra-se em estado de superacumulação na forma de capital dinheiro portador de juros desde os anos 1960 (NAKATANI; MARQUES, 2020), expandindo a esfera financeira com o endividamento nas décadas seguintes, principalmente dos Estados nacionais da periferia do capitalismo, cujo exemplo mais simbólico foi a brutal crise das dívidas na década de 1980. As medidas econômicas adotadas, chamadas de neoliberais, como meio de superação da crise, constituíam uma necessidade para a expansão das grandes massas de capitais individuais que haviam sido acumuladas durante os *30 anos gloriosos* do pós-guerra. Essas medidas avançaram ainda mais contra regulamentações e alguns controles ao capital que haviam sido estabelecidas no pós-guerra nas décadas seguintes. Esse movimento foi acompanhado por uma nova gestão das dívidas, com os processos de securitização, expansão dos fundos privados de pensão – à medida que os sistemas de previdência foram sendo

PAULO NAKATANI

Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES.

E-mail: paulonakatani@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1652-6598>

desmontados –, e o desenvolvimento acelerado de fundos financeiros de investimento – que conduziram à dominância do capital sob as formas fictícias do capital portador de juros.

Da mesma forma, à medida que as profundas mudanças no regime de acumulação dominante foram sendo implementadas, as relações público-privado também foram alterando-se com as mudanças nas formas de intervenção do Estado, além da securitização de suas dívidas e as privatizações em busca de um suposto Estado mínimo. O Estado que foi visto, durante os 30 anos gloriosos, como a salvação do capital e demonizado pelos ultraliberais nas últimas décadas, deve ser recolocado em seu devido lugar. Em termos mais gerais e abstratos, continua sendo o instrumento de dominação da burguesia, rentistas e proprietários sobre as outras classes. Em termos mais concretos e históricos, em suas conformações em diferentes regimes políticos, sempre recebeu a oposição e confrontação das classes subalternas aos projetos de dominação. Neste momento da crise ampliada pela Covid-19, os Estados parecem extremamente preocupados com as condições de sobrevivência dos miseráveis e excluídos dos mercados de trabalho do capital. Entretanto, além do assistencialismo, dos auxílios aos mais pobres, às micro e pequenas empresas, até a grandes unidades de capital, podemos afirmar que, ao nível mais geral da reprodução do capital, os auxílios emergenciais, como a distribuição de dinheiro às camadas mais pobres da população, assim como as outras medidas de combate à crise da Covid-19, fazem parte do processo de reprodução do capital. Os auxílios emergenciais, além de atenderem às necessidades de sobrevivência das famílias mais pobres e desassistidas, contribuem para a manutenção de um certo nível da demanda agregada e da demanda por bens de consumo. Os auxílios à manutenção dos empregos, com o pagamento de parte dos salários e a redução da jornada de trabalho, fazem parte de ações voltadas diretamente às necessidades do capital, com a redução do custo decorrente dos salários. Nesta crise, os grandes capitais, com algumas exceções, não foram diretamente beneficiados na aparência. Entretanto, quase toda demanda por bens de consumo finais atendeu à necessidade de realização do valor e mais-valia das

grandes cadeias de comercialização – atacadistas, supermercados e outros varejistas. Mesmo os pequenos negócios na ponta do mercado nas periferias das cidades estão integrados aos circuitos do capital. Da mesma forma, o trabalhador precarizado, os microempresários individuais, os entregadores de mercadorias e comidas prontas, também dependem do capital. Assim, as ações do Estado no combate à pandemia acabam, em última instância, atendendo aos interesses do capital em geral, em suas funções de acumulação e legitimação. Em um nível mais geral e abstrato, o Estado atua no sentido de atender às necessidades da reprodução do capital, mas em suas formas de existência nas distintas formações sociais, resultante de processos históricos particulares, expressa o desenrolar da luta de classes em diferentes formas de regimes políticos em que se organizam, igualmente, em diferentes formas de governo. Todos esses pontos estão explicitados no livro *Pandemias, crises e capitalismo* e não estão somente no capítulo 2. O Estado está presente em todos os capítulos como formas particulares de intervenção sobre os direitos sociais, sobre a renda mínima e diferentes formas de auxílios; no desenvolvimento de diferentes sistemas ou formas de enfrentamento quanto às questões de saúde pública e seus resultados, às vezes em geral e muitas vezes na formação social brasileira; enfim, atuando sobre as relações capital-trabalho com alterações nas formas jurídicas que regulamentam essas relações em função das necessidades do capital em geral, mas apresentadas nos discursos como necessidade e até como benefício para a própria força de trabalho.

Uma das leis fundamentais que regem o desenvolvimento do modo de produção capitalista é a lei geral da acumulação (MARX, 2013, cap. 23), que recoloca continuamente em seu processo histórico a expansão das desigualdades, das grandes fortunas e do exército industrial de reserva. O avanço brutal das desigualdades, escancarado com a crise da Covid-19, é descrito assim pela OXFAM: “A pequena elite mundial de 2.755 bilionários viu sua fortuna crescer mais durante a pandemia de Covid-19 do que nos últimos quatorze anos, quatorze anos que foram de bonança para o patrimônio bilionário” (2022, p. 10). No Brasil, o crescimento da desigualdade é

semelhante. Entre os seis maiores grupos econômicos do Brasil, com maior lucro líquido, com a exceção da Vale, em primeiro lugar, os outros cinco são os maiores bancos – Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil –, segundo os dados da *Revista Valor* (GRANDES..., 2021). Em 2021, o número de bilionários brasileiros cresceu de 45 para 65 e suas fortunas elevaram-se de US\$ 127,1 bilhões para US\$ 291,1 bilhões ou R\$ 1,6 trilhão (FOGAÇA, 2021).

O título do relatório da OXFAM está plenamente demonstrado no livro de Rosa Marques. Os capítulos 3 e 4, que tratam da desigualdade e da saúde pública em geral e no Brasil, mostram, com dados irrefutáveis, que *a desigualdade mata*. Mais ainda, detalham os efeitos das desigualdades tanto em termos regionais quanto em termos de gênero e raça – assim demonstram empiricamente os impactos do funcionamento da lei geral da acumulação. No caso do Brasil, a existência do sistema único de saúde (SUS) amenizou os impactos da pandemia sobre a população mais pobre, nas regiões mais pobres. Entretanto, nos momentos críticos de disseminação do vírus, muitas regiões sofreram extremamente com a falta de infraestrutura e recursos, tanto de materiais e equipamentos quanto de pessoal qualificado. O caso de Manaus foi talvez o limite, em que pacientes contaminados tiveram que ser distribuídos e internados em vários outros estados.

O capítulo 5 do livro dedica-se às questões em torno da reprodução da força de trabalho sob o capital. Certas camadas da população que na lei geral da acumulação são apresentadas como uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, necessitam cada vez mais de diferentes formas de auxílio. Os programas de auxílio aos mais pobres também reacenderam, em parte, a discussão sobre a renda mínima, ou seja, um programa de auxílio permanente para as famílias mais pobres. Não podemos esquecer que se trata de um programa reformista, que ameniza as contradições sociais e atende, em parte, as necessidades de legitimação de regimes políticos ou de governos.

Outro impacto importante que a crise do capital aprofundou foi sobre o emprego da força de trabalho. Mesmo com os programas de apoio às empresas, a massa de desempregados cresceu aceleradamente. Mas, junto com isso, foram expandidas formas de atividades de trabalho por conta própria, já existentes, principalmente as de entregadores. Porém, tal expansão vem ocorrendo em outro nível diante do crescimento das plataformas digitais. Estas são gigantescas empresas internacionais que organizam e procuram facilitar os processos de entrega de compras, principalmente de alimentos, mas não só, pois o crescimento do comércio virtual como um todo foi também acelerado. Essa força de trabalho teve que usar recursos pessoais, como automóveis, motocicletas e bicicletas, para o transporte de passageiros e a entrega de comidas prontas por meio das diferentes plataformas, como, por exemplo, a *UBER* e o *iFood*. Todos os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho tinham que ter seus próprios meios de trabalho, ou seja, tinham que colocar suas propriedades pessoais a serviço do capital. Isso já acontecia mesmo antes da pandemia e se aprofundou depois que esta se instalou. Da mesma forma, a novidade do *home office*, em que os trabalhadores usam sua residência e meios de comunicação para o trabalho, desobriga o sistema do capital a manter imóveis e custos operacionais, que são transferidos para os trabalhadores. Essas são algumas razões que permitiram e aprofundaram a explosão das desigualdades e diferenças de renda durante a pandemia.

As frações dos trabalhadores desempregados, informais e precários são as mais atingidas pelas mortes decorrentes da pandemia. O exército industrial de reserva em suas formas líquida, latente e estagnada, que Marx introduziu no estudo d'*O capital*, cresceu e se expandiu. Mais do que isso, escancarou que uma parcela crescente da população mundial está sendo excluída, não da participação no mercado como se costumava considerar, mas da própria possibilidade de sobrevivência. Para o capital, nas condições atuais da acumulação, essa parcela da população converte-se em um custo social que deveria ser eliminado, como na ideologia da supremacia branca. Como é normal, esses discursos e práticas de grupos fascistas e nazistas, em crescente expansão, não constituem um bloco ideológico único da burguesia.

Uma parte dela ainda mantém e até pratica valores religiosos cristãos, mas estão em expansão, por todo mundo, uma ideologia e uma prática rotuladas de extrema direita e próximas ao fascismo e ao nazismo. O crescimento de grupos nazifascistas no Brasil é um dos exemplos. Isso tudo não deixa de estar conectado a um mundo em que cenários distópicos se concretizam aceleradamente junto com as tentativas de busca de outros planetas para a sobrevivência daqueles *escolhidos pelo capital*, naturalmente.

Esse aprofundamento da crise nos últimos anos e as perspectivas sobre as formas de desenvolvimento do capital escancararam, igualmente, as múltiplas crises que ameaçam a sobrevivência futura da humanidade. Portanto, o livro não poderia deixar de colocar alternativas à forma e ao caminho indicado pelo capital. Assim, recoloca o debate sobre o Ecosocialismo e o Bem Viver, novas formas de compreensão da sociedade e de alternativas sustentáveis de produção e distribuição para além do capital. Já tivemos, igualmente, as experiências das fábricas recuperadas, em que empresas capitalistas falidas são tomadas, e seu controle e organização da produção são assumidos pelos próprios trabalhadores. Na China, onde não há propriedade privada da terra, e em vários outros países asiáticos, encontra-se em pleno desenvolvimento um movimento chamado de Nova Reconstrução Rural (NAKATANI; FALEIROS, 2016), que consiste no retorno de populações urbanas para o campo ou na organização de associações ou unidades produtivas com a participação de famílias urbanas.

O Brasil não está de fora desse movimento mais geral. Pode-se dizer que uma das manifestações do Ecosocialismo encontra-se na agroecologia. Formas sustentáveis de organização da produção e de métodos de cultivos que, ao invés de destruir a natureza para a realização dos cultivos, integram as culturas às condições naturais, como a agricultura orgânica. Mas já existem experiências há algumas décadas de formas mais avançadas, como a agroflorestal, na qual as terras degradadas vão sendo recuperadas com culturas consorciadas com o plantio de árvores do bioma original. Parte destas experiências, como as culturas orgânicas e as agroflorestas,

são estimuladas e até financiadas através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Entretanto, essas opções e alternativas já se espalharam para pequenas propriedades independentes do MST e, inclusive, fazem parte de programas de pesquisas da Embrapa e de órgãos estaduais ligados ao estímulo à agricultura.

Assim, a leitura do livro *Pandemias, crises e capitalismo* torna-se leitura obrigatória para todos que pretendem entender a crise capitalista contemporânea. Apesar do pessimismo que se encontra em muitas páginas, isso não decorre das leituras e interpretações dos autores, mas da própria realidade brutal que o capitalismo engendrou para a humanidade. Por outro lado, ele encerra alertando para a necessidade das resistências, de múltiplas formas, e trazendo a necessidade de conhecermos melhor as muitas experiências já desenvolvidas – e em desenvolvimento – de como superar as dificuldades que a crise nos coloca.

Referências:

FOGAÇA, A. “Quem são os bilionários brasileiros de 2021” in: *The Capital Advisor*, São Paulo, 26 out. 2021. Disponível em: <<https://comoinvestir.thecap.com.br/quem-sao-os-bilionarios-brasileiros-de-2021/>>. Último acesso em: 10/01/2022.

GRANDES grupos. 200 maiores, *ranking* por faturamento. *Valor*, ano 20, n. 20, dez. 2021. Disponível em: https://www.valor.com.br/revistas/?valor_pro=1##/edition/187088?page=1§ion=1. Último acesso em: 18/01/2022.

MARQUES, Rosa Maria et alii. *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques. “O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea”, *Textos & Contextos*, vol. 15, n. 1, pp. 59-74, Porto Alegre, jan./jul. 2016.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OXFAM. *A desigualdade mata*. Relatório 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.